

## A BUSCA DE REAFIRMAÇÃO DA HEGEMONIA CATÓLICA: AS CARTAS PASTORAIS COMO VEÍCULO MIDIÁTICO NA CONSTITUIÇÃO DE UM PROJETO FOCADO NA EDUCAÇÃO DURANTE A REPÚBLICA VELHA BRASILEIRA \*

The search for reaffirmation of the catholic hegemony:  
the pastoral letters as a media vehicle on the constitution of a project  
focused on education during the old Brazilian republic

Antonio Nunes Pereira<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo analisa a ação Católica na constituição de um projeto em busca de reafirmar sua hegemonia na sociedade brasileira durante a República Velha, utilizando-se das cartas pastorais do episcopado brasileiro. Para desenvolver o texto, utiliza-se uma exploração bibliográfica e uma análise documental nas Cartas Pastorais do Episcopado Brasileiro de 1890, 1900 e 1922. A partir dessa exploração e análise, são feitas algumas considerações em torno da mentalidade católica diante do ato de separação Igreja-Estado nessa época. O artigo conclui que a Igreja Católica realmente constituiu tal projeto, sendo a educação seu foco principal e que as cartas, por serem um poderoso veículo midiático da época, foram o meio mais adequado para esse intento, pois eram um eficiente e seguro meio de comunicação, posto que havia a certeza de sua chegada e leitura nas paróquias existentes no território brasileiro.

**Palavras-chave:** Hegemonia Católica. Educação. Cartas Pastorais.

### Abstract

This article analyzes the Catholic action on the constitution of a project in search of reaffirming its hegemony in Brazilian society during the Old Republic, using the pastoral letters from the Brazilian episcopate. To develop the text, it is used a literature exploration and a documentary analysis in the Pastoral Letters from the Brazilian Episcopate of 1890, 1900 and 1922. From that exploration and analysis, some considerations are made around

---

\* Texto vinculado à tese de doutorado intitulada *A hegemonia católica como risco ao princípio da laicidade no ensino religioso brasileiro*, sob a orientação do Prof. Dr. Rudolf von Sinner.

<sup>1</sup> Licenciado em Letras: português e inglês, especialista em metodologias do ensino fundamental e médio, mestre em teologia: ética e gestão e doutorando em teologia: religião e educação. Bolsista da CAPES/PROEX.

the Catholic mentality in face of Church-State separation in that time. The article concludes that the Catholic Church actually constituted such project, being the education its main focus and that the letters, for being a powerful media vehicle of that time, they were the most suitable means for that intent, because they were an efficient and secure means of communication, since there was sure of the arrival and reading of them in the existing parishes in Brazilian territory.

**Keywords:** Catholic Hegemony. Education. Pastoral letters.

### Considerações Iniciais

Menos de dois meses após a proclamação da República brasileira, o Governo Provisório instituiu o decreto 119-A/1890, que, além de ter separado a Igreja Católica do Estado, extinguiu o Padroado, proibiu leis, regulamentos e atos administrativos sobre religião e assegurou a liberdade de culto, havendo a Constituição de 1891 reafirmado o exposto nesse decreto. Essa situação era inconcebível para a Igreja Católica, visto que ela mantivera-se, mesmo que a duras penas, unida ao Estado brasileiro por mais de três séculos, sendo natural que a hierarquia da época colocasse como alvo de aspirações o retorno dessa Igreja como religião oficial do Estado para reafirmar sua hegemonia no seio da sociedade. Para tanto, necessitava constituir um projeto focado em algo consistente e que fosse disseminado por meio das cartas pastorais, veículo midiático eficiente e eficaz utilizado pela Igreja Católica.

Foi diante da reflexão em torno dessa situação que se decidiu desenvolver a temática citada para responder ao problema: sob qual enfoque foi constituído o projeto de reafirmação da hierarquia católica com base nas cartas pastorais do episcopado brasileiro de 1890, 1900 e 1922? Além disso, a pesquisa foi desenvolvida por conta da relevância do assunto, já que ela evidenciará a mentalidade e a ação da cúpula da Igreja Católica diante da separação Igreja-Estado ao longo de três períodos distintos da República Velha na busca de permanecer como única religião no Brasil.

Como hipótese de resposta ao problema citado, acredita-se que a pesquisa revelará que o projeto católico foi constituído com base no enfoque educacional, por conta da influência católica na educação nacional desde o início da sua história. Para a construção do texto, utilizou-se a fundamentação de teóricos importantes, sobretudo Araújo (1986)<sup>2</sup> e

---

<sup>2</sup> ARAÚJO, José Carlos Souza. *Igreja católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica*. São Paulo: Paulinas, 1986.

(2007)<sup>3</sup>, Reis<sup>4</sup>, Bruneau<sup>5</sup>, Aquino<sup>6</sup>, dentre outros e adotou-se a exploração bibliográfica e a análise documental nas cartas pastorais citadas como métodos da pesquisa. Assim, o objetivo deste artigo é analisar o enfoque utilizado pela hierarquia católica para constituir um projeto de reafirmação da sua hegemonia no seio da sociedade brasileira daquela época.

### **As cartas pastorais de 1890, 1900 e 1922: veículo midiático de comunicação oficial da Igreja Católica brasileira**

As Cartas Pastorais foram amplamente utilizadas pela hierarquia católica ao longo da sua história, por serem entendidas como instrumento útil para estabelecer a autoridade episcopal nas dioceses, vindo a se constituírem como principal meio de comunicação dos bispos, pois, por meio delas, estes podiam se fazer presentes e estabelecerem sua autoridade entre os clérigos e a população de cada comunidade.<sup>7</sup>

Segundo Araújo, elas constituem um gênero literário particular e que remontam aos primórdios do Cristianismo, sendo “um apelativo comum às cartas do apóstolo Paulo, escritas às comunidades de crentes por ele convertidos. Seu intento era orientar, exortar e admoestar as referidas comunidades de acordo com seus problemas e/ou necessidades.”<sup>8</sup>

Para Reis, o próprio nome “Carta Pastoral” faz remissão aos livros canônicos do Novo Testamento, às cartas de São Paulo, de S. Pedro e de outros Apóstolos de Cristo. Por isso, “quando o bispo (pastor), utilizando-se de suas prerrogativas de Sacerdote, Profeta e Rei, fala aos seus fiéis diocesanos, ele compartilha da mesma autoridade dos primeiros apóstolos.”<sup>9</sup>

<sup>3</sup> ARAÚJO, José Carlos Souza. As instituições escolares na primeira república: ou os projetos educativos em busca de hegemonia. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura Nascimento et al. (org.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas – SP: Autores Associados, 2007.

<sup>4</sup> REIS, Edilberto Cavalcante. Visitas e cartas pastorais: a construção de um projeto eclesial. ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH – Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n. 9, jan. 2011. ISSN 1983-2859. Disponível em: < <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf8/ST13/012%20-%20Edilberto%20Cavalcante%20Reis.pdf> >. Acesso em: 19 fev. 2012.

<sup>5</sup> BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

<sup>6</sup> AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, nº 63, p. 143-170. 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v32n63/07.pdf> >. Acesso em: 6 jul. 2013.

<sup>7</sup> Conforme LONDOÑO, Fernando Torres. Sob a autoridade do pastor e a sujeição da escrita: os bispos do Sudeste do Brasil do século XVIII na documentação pastoral. In: *História: questões & debates*. Curitiba, n. 36, p. 161-188, 2002. p. 162-163.

<sup>8</sup> ARAÚJO, 1986, p 27.

<sup>9</sup> REIS, 2011, p. 8.

De acordo com Araújo, o objetivo das cartas “pastorais é orientar, exortar e admoestar [...] as comunidades, tendo em vista os seus problemas e/ou necessidades.”<sup>10</sup>

Nesse sentido, as cartas pastorais coletivas emitidas pelo episcopado brasileiro nos anos de 1890, 1900 e 1922 são documentos institucionais oficiais, pois foram produzidas coletivamente pelos bispos, autoridades constituídas da Igreja Católica, emitindo julgamentos diferenciados acerca da separação Igreja-Estado ao longo de três momentos da República Velha.

A seguir, a análise procedida nesses documentos tenta evidenciar o objetivo desta pesquisa. No entanto, é necessário, antes, entender as concepções de igreja que inspiraram a mentalidade ideológica do episcopado brasileiro entre 1890 e 1922 para compreender melhor os fatos relatados nas cartas e atestar a intencionalidade dos bispos acerca da constituição do citado projeto.

Araújo, em pesquisa desenvolvida em 1986 com a hipótese de que “dois modelos ou duas concepções de Igreja – Cristandade e Sociedade Perfeita – inspiraram a mentalidade ideológica do episcopado brasileiro”<sup>11</sup>, concluiu que o posicionamento eclesiológico da Igreja Católica do Brasil no período em apreço “é dúbio e oscilante entre o que se designou por Cristandade e Sociedade Perfeita.”<sup>12</sup>

Para a concepção de Igreja como Cristandade, “o poder político constituído e o poder da Igreja se identificam, a ponto de se confundirem; na concepção como Sociedade Perfeita, a Igreja se coloca ao lado do poder e da autoridade politicamente constituídos.”<sup>13</sup>

Em outra pesquisa, publicada em 2007, o mesmo autor afirma que essas concepções estão expressas nas cartas pastorais de 1890, 1900 e 1922, pois, em tais cartas são expressam duas concepções de Igreja amalgamadas, “porque se deixam oscilar entre a concepção de gênero medieval, conhecida por *Cristandade*, e a concepção configurada pelo Concílio de Trento, realizado entre 1545 e 1563 – daí ser chamada de *tridentina* – que compreende a Igreja como uma *Sociedade Perfeita*”.<sup>14</sup>

Quanto à concepção medieval de Cristandade, Gomes afirma que ela tinha “ideologia eminentemente religiosa, sacralizadora do poder, das autoridades, da ordem

---

<sup>10</sup> ARAÚJO, 2007, p. 102.

<sup>11</sup> ARAÚJO, 1986, p. 51.

<sup>12</sup> ARAÚJO, 1986, p. 113.

<sup>13</sup> ARAÚJO, 1986, p. 102.

<sup>14</sup> ARAÚJO, 2007, p. 103..

vigente (*Ordo*)”<sup>15</sup>, ao passo que a concepção de Igreja como uma Sociedade Perfeita foi elaborada pelo Concílio de Trento, com base na concepção medieval, não tendo o mesmo florescimento desta, uma vez que não se aculturou, mas que “emergiu no cenário da história para a Igreja se autojustificar e defender-se de uma sociedade religiosamente dividida (Reforma Protestante) [...]”.<sup>16</sup>

Para observar que essas duas concepções inspiraram a mentalidade ideológica do episcopado brasileiro durante a República Velha, Araújo explicita que isto ocorreu em função de o Brasil ter sido descoberto na encruzilhada de renovação das concepções de Igreja, isto é, na época de transição de novas ideias sobre Igreja.<sup>17</sup>

Entendidas essas concepções que inspiraram a hierarquia católica, segue-se à análise das Cartas Pastorais Coletivas de 1890, 1900 e 1922.

### **A carta pastoral coletiva do episcopado brasileiro de 1890**

Considerada obra intelectual pelo seu alto teor de requinte formal, a carta de 1890 foi redigida por D. Antônio de Macedo Costa, arcebispo da Bahia, que teve participação importante na reforma da Igreja Católica. Essa carta foi estruturada em três capítulos e publicada em 19 de março de 1890.

No início da introdução da carta, D. Macedo utilizou um argumento forte para convencer que a separação, qualificada como “melindrosa”, “cheia de perigos”, traria imensas consequências, assim como predizia que ela iria desencadear uma crise negativa sem precedentes para o futuro da pátria, deixando bastante claro que o episcopado tinha como alvo o desencadeamento de uma luta em prol do retorno da oficialidade do catolicismo como religião do Brasil.<sup>18</sup>

É possível perceber nessa parte da carta que a mentalidade da Igreja Católica era de oposição à separação, fazendo uma previsão pessimista para ela, ao mesmo tempo em que condicionava a salvação da pátria à religião, visto que a separação culminaria em uma crise que poderia resultar em vida ou em morte. A condição para que houvesse vida só

<sup>15</sup> GOMES, Francisco José Silva. A cristandade medieval entre o mito e a utopia. In: *Topoi: Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*. Rio de Janeiro, v. 03, n. 05, jul.-dez., 2002. p. 221-231. Disponível em: < [www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi05/topoi5a9.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a9.pdf)>. Acesso em: 19 fev. 2012. p. 222.

<sup>16</sup> ARAÚJO, 1986, p. 49.

<sup>17</sup> ARAÚJO, 1986, p. 49.

<sup>18</sup> Conforme a CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO de 19.03.1890. In: RODRIGUES, Anna M. Moog (Sel. Org.). *A Igreja na República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 17.

aconteceria se o “progresso social” do Brasil fosse pautado pela religião. Caso contrário, o resultado seria a morte. Logo, percebe-se um nítido posicionamento de que só a religião, no caso a católica, salvaria a pátria. Por isso, essa religião não deveria estar separada do Estado, evidenciando o intento do episcopado retomar a posição que tinha outrora para reafirmar sua posição hegemônica no cenário nacional.

Em outra passagem, ainda na introdução do documento, é possível observar que a cúpula Católica de 1890 realmente tinha esse intento, uma vez que afirmou que a causa que defendia era a causa da religião, expressando seu desejo de a sociedade brasileira, incluindo os dirigentes do Estado, ou o próprio Estado, respeitar e amar a “Religião”, não se separando dela, mas, ao contrário, se inspirando em seus “ditames sagrados”, tanto nos atos públicos como nos privados.<sup>19</sup>

Na página 19 da carta, é possível perceber a introdução do assunto educação na argumentação do episcopado com o propósito de revelar, mais incisivamente, a existência de uma grave crise, e, com isso, atingir um nível mais satisfatório da opinião pública, persuadindo e tocando mais profundamente o coração do povo brasileiro, chegando a ser dramático em seus argumentos, visto que induzia esse povo a refletir sobre a exclusão de Deus (a Igreja), incluindo outros âmbitos além da escola, como a família, o governo, as repartições públicas e até mesmo a morte e a sepultura, deixando bastante claro que estava se referindo à crise que o decreto 119-A trouxe para a Igreja em relação à separação, à liberdade de culto, à laicidade no ensino público e à secularização dos cemitérios.

A palavra escola aparece mais uma vez na argumentação, sendo utilizada como um dos elementos constituintes de um campo semântico usado para construir, ao longo do capítulo I, uma visão apocalíptica do futuro, enfatizando, persuasivamente, a existência de uma crise, a qual resultaria em uma luta incessante, audaz e infernal travada em todo mundo contra a ordem religiosa e social, imprimindo mais relevo ao problema da sociedade moderna, prevendo o desencadeamento de males ainda mais temerosos<sup>20</sup>

É a partir dessa visão apocalíptica que o documento revelaria o surgimento de uma crise, a qual teria provocado a separação. Com isso, percebe-se o posicionamento do episcopado em condenar a separação, já que ela era proclamada como uma grande conquista dos intelectuais da época que queriam reduzir os problemas da sociedade e a

---

<sup>19</sup> Segundo a CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO de 19.03.1890, p. 18.

<sup>20</sup> Segundo a CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO de 19.03.1890, p. 20.

religião a coisas secundárias, pois a solução pretendida para o problema das relações entre a Igreja e o Estado era colocar o mundo social desvinculado da “Religião”, ou seja, há uma nítida percepção sobre o desejo dos bispos: reatar a situação que a Igreja tinha anteriormente com o Estado e, com isso, reafirmar sua hegemonia de outrora.<sup>21</sup>

No entanto, em algumas partes da carta, é possível observar certa cautela em relação aos argumentos utilizados em favor da união, suavizando, diplomaticamente, o discurso na direção de uma união resultante de acordo e harmonia em relação aos interesses do Estado, como na passagem seguinte: “Queremos, sim, a união, mas essa união que resulte do acordo e da harmonia, que é a única compatível com o sagrado dos interesses confiados à nossa guarda, com o decoro e a honra do nosso sacerdócio, com a própria dignidade e os verdadeiros interesses do outro poder.”<sup>22</sup>

Em outras passagens, a carta chegou a adotar uma postura contraditória em relação ao seu verdadeiro alvo e, conseqüentemente, voltar a ter a hegemonia e os privilégios que tivera outrora, chegando a acusar o Estado de exercer opressão à Igreja em nome do pretense Padroado, como sendo essa opressão a principal responsável pelo abatimento e atrofiamento da Igreja<sup>23</sup>, mas, a bem da verdade, esse pretense Padroado dera longa e duradoura hegemonia à Igreja Católica.

Confirmando essa contradição, o capítulo II do documento é praticamente utilizado para criticar o decreto de separação em relação à liberdade de cultos e expor a mágoa que ele causou. Entretanto, ao sugerir o que fazer diante da situação e ao analisar os artigos 1º, 4º, 5º e 6º desse mesmo decreto, dedicou boa parte do capítulo III para manifestar satisfação em relação a ela.

A respeito dessa postura contraditória, alguns estudiosos do assunto também atestaram esse fato, a exemplo de Bruneau ao observar que a carta de 1890 mostrou com muita clareza a apreciação dos bispos acerca da maior independência que a Igreja teve em relação ao Estado ao analisarem o decreto 119-A do governo provisório, no entanto, “os bispos parecem dar meia volta e se contradizem quando afirmam: ‘Em nome da ordem

---

<sup>21</sup> De acordo com a CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO de 19.03.1890, p. 21.

<sup>22</sup> CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO de 19.03.1890, p. 25.

<sup>23</sup> CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO de 19.03.1890, p. 38.

social, em nome da paz pública, em nome da concórdia dos cidadãos, em no dos direitos da consciência, repelimos, os catholicos, a separação da Igreja do Estado’;”.<sup>24</sup>

Gomes, por sua vez, assim explica esse fato: “A posição da Igreja Católica é antagônica, pois desejava um governo forte, de viés absolutista que combatesse as ideologias modernas, mas ainda sonhava com a continuidade da união sagrada entre trono e altar”<sup>25</sup>, ao passo que, para Aquino: “As exortações do episcopado brasileira na Carta Pastoral de 1890 foram ambíguas quanto à separação, situando-se entre o lamento da perda de privilégios e o júbilo pela liberdade institucional.”<sup>26</sup>

Constata-se, portanto, que a Carta Pastoral de 1890 expôs a insistência da cúpula da Igreja Católica em continuar tendo o Estado como seu colaborador, defendendo a união, a harmonia e a cooperação, mas recusando a separação e a secularização, sendo necessário fazer algumas ressalvas ou críticas mais incisivas, tanto em relação ao sistema regalista de outrora como outros aspectos que consideravam incompatíveis aos interesses da Igreja, além de usar a educação escolar e alguns outros argumentos para criar a imagem reveladora de uma crise e, assim, iniciar a constituição de um projeto para tentar reafirmar sua hegemonia diante da sociedade brasileira.

### **A carta pastoral coletiva do episcopado brasileiro de 1900**

A Carta Pastoral de 1900 foi a de menor extensão – 37 páginas –, estruturada em um só corpo, sem divisão em parágrafos ou seções e, apesar de não ter indicação de autoria, esta, segundo Martins, foi “atribuída a D. Silvério, Bispo de Mariana”<sup>27</sup> e, como a de 1890, foi feita em comemoração a um grande acontecimento, o 4º centenário do Brasil, no caso.

Logo no início, após a saudação ao clero e aos fiéis, em meio ao júbilo pelos quatro séculos de nascimento civil e religioso do Brasil, o episcopado fez considerações pessimistas

<sup>24</sup> BRUNEAU, 1974, p. 67.

<sup>25</sup> GOMES, Edgar da Silva. *A separação Estado-Igreja no Brasil (1890): uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao Marechal Deodoro da Fonseca*. 2006. 239p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação e, Teologia Dogmática, Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, Centro Universitário Assunção, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/102997639/Edgar-Da-Silva-Gomes>>. Acesso em: 6 mai. 2012. p. 161.

<sup>26</sup> AQUINO, 2012, p. 149.

<sup>27</sup> MARTINS, Marco Aurélio Corrêa. A história da Igreja no Brasil por Júlio Maria no advento da república: horizonte tenebroso ou horizonte novo? In: *XII SIMPÓSIO DA ABHR*, 31/05 – 03/06 de 2011, Juiz de Fora (MG), GT 06: História da Igreja católica no Brasil: da reforma católica ultramontana ao processo de neocristandade (1840-1952). Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/205/140>>. Acesso em: 15 mai. 2013. p. 4.



em relação ao que o país vivenciava naquela época, fazendo predição catastrófica para o futuro, caso o remédio extraordinário não viesse do céu, mesmo diante dos esforços, desejos e ações da Justiça e dos dirigentes da nação.<sup>28</sup>

Na verdade, o episcopado fez essa predição catastrófica para mostrar que isso era consequência de um sintoma manifesto de dissolução da sociedade ocasionada pela falta da religião, criando uma visão apocalíptica da situação, nos mesmos moldes da carta de 1890, para reafirmar sua posição contrária aos ideais republicanos.

Foi dentro do clima de comemoração que o episcopado aproveitou o ensejo para fazer uma retrospectiva de fatos relativos aos quatro séculos de história do Brasil com o propósito de mostrar que, apesar das faltas e desamor do povo brasileiro, Deus continuou a lhe estender a mão em soma de benefícios, iniciando-se pela lembrança da descoberta do Brasil, quando a esquadra de Cabral aportou na costa de Salvador, cenário da cruz como primeiro estandarte e da escolha de Vera Cruz e Santa Cruz como primeiros nomes para a nova terra, mostrando a forte presença e participação da Igreja Católica nesse feito, o qual trouxe “felizes auspícios para o nascimento de um povo!”<sup>29</sup>

Na sequência do documento, o episcopado continuou a relembrar outros fatos importantes em que teve participação relevante nesse cenário da história para mostrar o quanto o Brasil deve à Igreja Católica, expressando o heroísmo dos jesuítas e missionários no processo de desbravação, colonização, formação e civilização da nação.

Para o episcopado, apesar de tantos benefícios, o poder humano invadiu a esfera espiritual que pertencia exclusivamente à Igreja, com perseguição aberta ou dissimulada, por meio de “leis iníquas e opressivas da liberdade da mesma Igreja”.<sup>30</sup> No entanto, como na carta de 1890, os bispos se contradisseram ao afirmarem que eles não se colocaram contra os regimes: “Não fomos adversos ao regime passado, nem o somos ao que atualmente nos rege”.<sup>31</sup>

Em seguida, o enfoque educacional foi introduzido pelo episcopado ao manifestar suas críticas ao ensino e aos professores do período imperial, observando que nesse país católico, em que o Governo, que “se intitulava protetor da Igreja, protegia, não tolerava

---

<sup>28</sup> CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO de 1900. In: RODRIGUES, Anna M. Moog (Sel. Org.). *A Igreja na República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 59.

<sup>29</sup> CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO de 1900, p. 61.

<sup>30</sup> CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO de 1900, p. 62.

<sup>31</sup> CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO de 1900, p. 63.

somente, a heresia; e nossa religião podia ser livremente insultada e vilipendiada no mesmo seio do Parlamento, que jurava defendê-la; permitia-se propinar à nossa mocidade ensino destruidor da fé e da moral”.<sup>32</sup>

Esse argumento serviu de gancho para introduzir críticas à liberdade de cultos, à imprensa e à maçonaria, assim como para chegar à conclusão de que todos os “germes de destruição” foram incubados durante o período imperial para “produzirem frutos de morte na formação da nossa República”<sup>33</sup>, que resultou na separação da união que Igreja tinha com o Estado.

Na sequência, o documento asseverou a oposição dos bispos em relação à separação proclamada na Constituição, deixando evidente sua preocupação em relação ao ensino religioso laico na escola ao criticar o novo tipo de educação decretada: “Decretou-se que em nossas escolas primárias e superiores fossem seminários de ateísmo, onde nada se ensinasse de religião, nada de Deus.”<sup>34</sup>

Além disso, os bispos deixaram bastante claro que seu desejo era reaproximar-se do Estado para que o catolicismo voltasse a ser sua religião oficial e, com isso, reafirmar, pública e oficialmente, sua hegemonia na sociedade, ao expressarem que: “Procuremos que Jesus seja reconhecido e adorado pela sociedade e não pelos indivíduos; pública e oficialmente, e não só no interior das casas, no recinto dos templos e junto aos altares.”<sup>35</sup>

Após exprimirem esse desejo, os bispos foram bastante taxativos em relação à sua posição diante das ideias do novo governo ao afirmarem: “não queremos ser nação sem religião e sem Deus, não queremos ser governados por um governo ateu”<sup>36</sup>. Para tanto, propõem algumas ações para plantarem e nutrirem a fé no coração de todos os brasileiros, colocando a educação como estratégia principal, insistindo na obrigação que os religiosos tinham com o ensino: “outra vez insistimos na obrigação que têm os Pastores de almas de ensinar a doutrina cristã aos meninos e adultos, e de acomodá-la nos corações das crianças de maneira, que amem a Deus e a religião, pratiquem seus preceitos [...]”.<sup>37</sup>

Na página 67 da carta, ficou bem mais claro que a educação realmente seria o foco para a constituição do projeto católico, visto que o clero considerava o ensino a forma mais

<sup>32</sup> CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO de 1900, p. 63.

<sup>33</sup> CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO de 1900, p. 63.

<sup>34</sup> CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO de 1900, p. 64.

<sup>35</sup> CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO de 1900, p. 65.

<sup>36</sup> CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO de 1900, p. 66.

<sup>37</sup> CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO de 1900, p. 67.

adequada para seus propósitos, por isso, pretendia propagar sua ação educacional da freguesia até os mais longínquos povoados, sem medir esforços, até pedindo ajuda aos leigos, pois haveria lugares distantes em que os padres não poderiam estar constantemente presentes.

Além dessa constatação, foi possível reafirmar a importância da educação no intento do episcopado, quando este recomendou a promoção de missões mais frequentes para que o ensino pudesse chegar a todas as dioceses, nem que tivesse de transformar os párocos e vigários em missionários para dar conta do trabalho, dada a carência de missionários em algumas dioceses.<sup>38</sup>

Portanto, esta análise constatou que a Carta Pastoral de 1900 criticou incisivamente as medidas adotadas pela República, consideradas anticatólicas, principalmente em relação à liberdade de cultos, ao casamento civil, ao laicismo das escolas e à equiparação do catolicismo com as outras religiões, como fizera a carta de 1890, porém, aponta para o uso mais estratégico da educação, buscando disseminá-la confessionalmente em todos os recantos da nação, com vistas a reafirmar sua hegemonia diante da sociedade brasileira.

### **A carta pastoral do episcopado brasileiro de 1922**

Escrita por D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcante, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, a Carta Pastoral Coletiva de 1922 foi publicada no Rio de Janeiro durante a festa de Pentecoste, no dia 4 de junho de 1922, em comemoração ao primeiro centenário da independência do Brasil. Também escrita em linguagem bastante formal, foi organizada em 22 capítulos e 129 páginas, sendo a mais extensa das cartas, além de ter sido considerada como a “carta magna religiosa”.

Na sua introdução, os bispos aproveitaram o momento comemorativo para enfatizarem que as festas revelavam que os ensinamentos adquiridos no passado seriam impulsos fortes de renovação e grandeza para o futuro, com o fim de ressaltarem que esse documento iria descrever o que a Igreja Católica já tinha feito em prol do Brasil e o quanto esse país a devia, assim como fizera na carta de 1900.

No primeiro parágrafo do capítulo I, o episcopado enfatizou que “a verdadeira fé tem raízes bem profundas nas entranhas mesmas da nossa pátria, catholica por seu berço,

---

<sup>38</sup> De acordo com a CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO de 1900, p. 67.

por sua educação, na quasi totalidade de seus habitantes!”<sup>39</sup>, explicitando que o Brasil devia muito à Igreja, sobretudo em relação à fé e à educação. Por isso, assim como fizera na carta de 1900, o episcopado passou a digressionar, do capítulo I ao VI, sobre fatos históricos que confirmariam essa tese da dívida do Brasil em relação à Igreja, iniciando-se com a partida da armada de Cabral com destino ao Oriente, mas que a providência divina a fez ancorar no Brasil, onde o pavilhão protetor dessa terra fora erguido em uma majestosa cruz de madeira, argumentando que o Brasil, por isso, desde sua origem, pertencia ao Filho de Deus e sequenciando-se com a narração de muitos outros fatos importantes da história desse país, tudo com a finalidade de convencer que a Igreja Católica esteve presente em todos os lugares e em todos os setores da vida brasileira ao longo de sua história, agindo sempre para o bem da nação, tanto em momentos de paz quanto em momentos de guerra.

No capítulo VII, o episcopado mostrou as ações dos bispos brasileiros após a proclamação da República, sendo a primeira delas a Carta Pastoral de 1890, considerada por eles como um “singelo programa” com que a Igreja iniciou sua nova vida, e que a segunda ação foi a Reclamação da hierarquia católica ao Chefe do Governo Provisório, com a qual argumentaram “contra as clausulas inseridas no projecto da Constituição nacional que ofendiam a liberdade e os direitos da Igreja”<sup>40</sup>, confirmando, assim, o que fora detectado por este pesquisador na análise procedida na carta de 1890. Além disso, os bispos atestaram a intenção de a Igreja Católica se fazer presente nos mais longínquos lugares do nosso território, após a separação do Estado e o retorno do apoio de Roma, ao mostrarem na página 38 a fundação de novos bispados, Prelazias e Prefeituras Apostólicas, comprovando a existência de um projeto católico na busca de reafirmar sua hegemonia, já sendo possível perceber a intenção de usar o foco educacional para constituição desse projeto, uma vez que os bispos atestarem que, além de centros de vida religiosa, outros tantos entes da Igreja seriam focos de cultura intelectual.

Outras ações importantes desse projeto foram também reveladas pelos bispos, dentre as quais se destacaram a coroação da imagem de Nossa Senhora Aparecida por decreto do Vaticano, a entrega do Brasil à tutela e amparo dessa Virgem, que passara a ser a padroeira do Brasil, celebrada perante uma multidão de fiéis de todas as classes no dia 8 de

---

<sup>39</sup> EPISCOPADO BRASILEIRO. *Carta pastoral do episcopado brasileiro ao clero e aos fiéis de suas dioceses por ocasião do centenário da independência*. Rio de Janeiro: Papelaria e Typografia Marques, Araújo & Companhia, 1922. p. 4.

<sup>40</sup> EPISCOPADO BRASILEIRO, 1922, p. 37.

setembro de 1904, o conferimento do grau de embaixada do Brasil junto ao Vaticano e a elevação da Nunciatura brasileira à categoria de primeira classe, igualando-se a Viena, Paris e Lisboa.

No capítulo VIII, o episcopado reconheceu a liberdade que o novo regime de governo dera à Igreja Católica, facilitando sua expansão, e confessou que os poderes públicos procuravam aplicar a Constituição de modo a não ofender o catolicismo, que, para eles, ainda era a religião nacional.<sup>41</sup>

O capítulo IX foi utilizado para retomar o que já fora abordado pelos bispos nos capítulos de I a VI, enfatizando a influência salutar do catolicismo na formação da nacionalidade brasileira, por isso, a gratidão devia ser imposta, ao passo que o capítulo X foi usado para argumentar acerca da importância do pároco como personagem principal nas manifestações das vidas pública e privada.

No capítulo XI, o episcopado fez uma abordagem sobre a imprensa, mostrando que ela era nociva quando atuava negativamente, mas benéfica quando utilizada para o bem, sobretudo em relação à obra de Deus, sendo, por isso, recomendada para ser utilizada nas ações dos párocos para a fecundidade de seu ministério.

Acerca do enfoque educacional, pode-se perceber que ele está bem enfatizado no capítulo XII da carta, uma vez que os bispos, por meio de uma citação de Veuillot, atestaram: “A Igreja é mãe; e por isso que é mãe, é também mestra da escola [...]. A despeito de todos os perigos, em todos os disfarces a que hão de constrangê-la, há de conseguir ensinar o conhecimento de Deus, a arte de o conhecermos e amarmos”.<sup>42</sup>

Para ressaltar a importância da educação nos planos católicos, os bispos afirmaram que o Papa Leão XIII a colocou em primeiro lugar nas orientações que fornecera após a proclamação da República, e, para mostrarem o porquê do uso do ensino como elemento norteador do seu projeto, eles citaram a seguinte passagem do Código do Direito Canônico: “Gravíssimo officio e próprio, principalmente, dos pastores das almas, é o de ensinar a doutrina ao povo christão”<sup>43</sup>. Além disso, ao final do capítulo XII, os bispos reforçaram que o alcance da educação católica deveria atingir todos os níveis escolares: “para salvaguarda e incremento da fé e dos bons costumes, é indispensável que se respire a plena atmosfera

---

<sup>41</sup> De acordo com o EPISCOPADO BRASILEIRO, 1922, p. 42.

<sup>42</sup> EPISCOPADO BRASILEIRO, 1922, p. 61.

<sup>43</sup> EPISCOPADO BRASILEIRO, 1922, p. 61.

religiosa em todos os estádios da formação intelectual, desde as escolas primárias até aos cursos superiores de ensino”<sup>44</sup>.

No capítulo XIII, também bastante focado na educação, o episcopado utilizou outra citação do Código Canônico, que pode confirmar o foco educacional no projeto católico:

“Tenham os sacerdotes, mormente Parochos, especial cuidado em preservar dos contágios do século os meninos que derem signaes de vocação ecclisiastica, apliquem-se a formal-os na piedade, a inicial-os nos primeiros estudos das letras e a cultivar nelles o germen da vocação divina.”<sup>45</sup>

O capítulo XIV foi usado para relatar orientações do Papa Leão XIII em relação aos interesses da Igreja diante da nova situação e os capítulos XV e XVI para criticar a obrigatoriedade do casamento civil imposta pelo governo provisório e discorreu longamente sobre os males do divórcio, até o final do capítulo XVII e ao longo dos capítulos XVIII e XIX, ao passo que, no capítulo XX, os bispos fizeram uma série de orientações aos pais, dentre as quais destacaram a importância destes se formarem na escola do Evangelho, enfatizando novamente a importância da educação.

O capítulo XXI foi inteiramente dedicado à educação, destacando que a escola “deve ser um prolongamento do lar, e, por isto, uma das preocupações dos páes que zelam as almas de seus filhos é a escolha de escolas e mestres a quem possam, com consciência tranquila, confiar esses entes queridos, herdeiros de seus nomes e de suas virtudes”<sup>46</sup>, percebendo-se que a educação defendida pela Igreja Católica era a oferecida por ela.

Além disso, na página 109 do documento, o episcopado mostra a preocupação e o esforço da Igreja Católica em fundar escolas para educar a juventude, recomendando a imitação de tal exemplo, afirmando, portanto, a intenção de utilizar a educação como foco principal de seu projeto.

Portanto, na Carta de 1922, assim como foi atestado em relação às cartas de 1890 e 1900, a hierarquia católica demonstrou seu desejo de reaproximar-se do Estado, afirmando sua oposição à separação, porém de forma mais sutil. Entretanto, dentre as cartas analisadas, essa foi a que deu maior ênfase ao âmbito educacional, sobretudo nos capítulos

---

<sup>44</sup> EPISCOPADO BRASILEIRO, 1922, p. 66-67.

<sup>45</sup> EPISCOPADO BRASILEIRO, 1922, p. 69.

<sup>46</sup> EPISCOPADO BRASILEIRO, 1922, p. 105

XII e XII, onde a educação foi o principal assunto abordado, além de ter dedicado o capítulo XXI exclusivamente ao assunto.

### Considerações Finais

Conclui-se, portanto, que a hipótese levantada para o desenvolvimento da pesquisa foi confirmada, já que a análise documental procedida revelou que a real intenção da Igreja Católica em relação à educação era utilizá-la como estratégia principal dentro da constituição de seu projeto de reafirmação da hegemonia que tivera nos períodos colonial e imperial, uma vez que, por meio dela, era possível disseminar a ideologia católica em todos os recantos do nosso país e, com isso, criar mecanismos para reconquistar seu lugar junto à sociedade brasileira, sendo as cartas pastorais de 1890, 1900 e 1922 a mídia mais adequada para a consecução desse intento, pois eram um meio de comunicação eficiente e seguro, além de haver a certeza de que elas seriam lidas em todas as paróquias, pois eram documentos oficiais da Igreja Católica e, com certeza, chegariam aos mais longínquos recantos do Brasil.

### Referências

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, nº 63, p. 143-170. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v32n63/07.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

ARAÚJO, José Carlos Souza. *Igreja católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica*. São Paulo: Paulinas, 1986.

\_\_\_\_\_. As instituições escolares na primeira república: ou os projetos educativos em busca de hegemonia. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura Nascimento et al. (org.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas-SP: Autores Associados, 2007.

BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO de 19.03.1890. In: RODRIGUES, Anna M. Moog (Sel. Org.). *A Igreja na República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO de 1900. In: RODRIGUES, Anna M. Moog (Sel. Org.). *A Igreja na República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

EPISCOPADO BRASILEIRO. *Carta pastoral do episcopado brasileiro ao clero e aos fiéis de suas dioceses por ocasião do centenário da independência*. Rio de Janeiro: Papelaria e Typografia Marques, Araújo & Companhia, 1922.

GOMES, Edgar da Silva. *A separação Estado-Igreja no Brasil (1890): uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao Marechal Deodoro da Fonseca*. 2006. 239p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação e, Teologia Dogmática, Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, Centro Universitário Assunção, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/102997639/Edgar-Da-Silva-Gomes>>. Acesso em: 6 mai. 2012.

GOMES, Francisco José Silva. A cristandade medieval entre o mito e a utopia. In: *Topoi: Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*. Rio de Janeiro, v. 03, n. 05, jul.-dez., 2002. p. 221-231. Disponível em: <[www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi05/topoi5a9.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a9.pdf)>. Acesso em: 19 fev. 2012.

LONDOÑO, Fernando Torres. Sob a autoridade do pastor e a sujeição da escrita: os bispos do Sudeste do Brasil do século XVIII na documentação pastoral. In: *História: questões & debates*. Curitiba, n. 36, p. 161-188, 2002.

MARTINS, Marco Aurélio Corrêa. A história da Igreja no Brasil por Júlio Maria no advento da república: horizonte tenebroso ou horizonte novo? In: XII SIMPÓSIO DA ABHR, 31/05 – 03/06 de 2011, Juiz de Fora (MG), GT 06: História da Igreja católica no Brasil: da reforma católica ultramontana ao processo de neocristandade (1840-1952). Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/205/140>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

REIS, Edilberto Cavalcante. Visitas e cartas pastorais: a construção de um projeto eclesial. In: ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH – Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n. 9, jan. 2011. ISSN 1983-2859. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf8/ST13/012%20-%20Edilberto%20Cavalcante%20Reis.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2012.